

A RELAÇÃO CIDADE/CAMPO NO CONTEXTO DE UMA SOCIEDADE GLOBAL: ALGUNS LIMITES E HORIZONTES

Márcio Mendes Rocha



RESUMO:

O presente artigo trás alguns destaques sobre os limites e horizontes da relação cidade/campo, avaliando primeiramente a proposta de fazendas verticais como uma ação urbana de alto investimento e que se propõe como uma resposta para a fome do mundo. Os argumentos são avaliados criticamente, pontuando seus limites enquanto ação de transformação social. A partir desta proposta é feita uma reflexão sobre as relações sociais no campo e a transição de um modelo agrário exportador para um modelo híbrido, considerando o desenvolvimento local e o fomento de propriedades familiares. Por último o texto trata do impacto das novas tecnologias e a cultura informacional na relação cidade/campo, constituindo assim alguns limites e horizontes desta relação.

PALAVRAS-CHAVE: fazendas verticais; desenvolvimento local; sustentabilidade; resistência cultural; mobilidade humana; sociedade do controle.

ABSTRACT:

This article presents and stands out some limits and horizons of the urban-rural relationship. First, it evaluates the proposal of vertical farms as an urban action of high investment which intend to be an answer to the world hunger. The arguments are critically analyzed, showing their limits as an action of social transformation. This point forward it presents a reflection about social relations in the rural environment and the transition from an agricultural model exporter to a hybrid model, considering the development and promotion of local family farms. Finally, the article approaches the impact of new technologies and the informational culture in the urban-rural relationship, thus providing some limits and horizons of this relationship.

KEYWORDS: vertical farms; local development; sustainability; cultural resistance; human mobility; society of control.

Quando se propõe discutir o processo de desenvolvimento das relações geo-econômicas e sociais nas sociedades contemporâneas, nos deparamos com novos fatores que estabeleceram importantes transformações no mundo do trabalho, tanto na cidade como no campo. Como sabemos, o processo de penetração do capitalismo no campo imprimiu uma reconfiguração do processo de produção.

Uma pergunta se impõe. Qual é efetivamente a contribuição da geografia e sua perspectiva neste processo? Poderíamos começar pensando a partir da relação cidade/campo no contexto do processo de globalização, pautando a problemática da globalização pela revolução informacional, pela conectividade dos indivíduos em redes virtuais e pela consolidação e construção das redes como base norteadora de todo este processo, analisando-as como redes materiais e imateriais que imprimem na vida do homem transformações significativas no trabalho, no lazer, no afeto,... Isso efetivamente irá impactar uma mudança da relação cidade/campo, a mobilidade dos homens e das mercadorias, aumentam em velocidade e capilaridade nos dias de hoje, ocorrendo a integração dos espaços pelas redes materiais e pelas infovias. Cada vez mais temos um perfil do campo próximo do perfil da cidade e vice versa. A cidade se apropria de algumas ações e atividades tradicionalmente desenvolvidas no campo, como a otimização das lages de prédios para a produção agrícola e mesmo edifícios inteiros produzindo horti/fruti. São as fazendas verticais que estão sendo hoje apresentadas como solução para os problemas da fome e da sustentabilidade do mundo.

Fazendas verticais: uma solução para quem?

Dentre vários nomes que tratam da produção agrícola controlada “In door” temos o Dr. Dickson Despommier. O argumento do Dr. Despommier, da Universidade de Colúmbia, EUA é de que com o modelo atual de agricultura, quando chegarmos em 2050 não teremos condições de alimentar todas as pessoas no mundo. Segundo ele, considerando a

tecnologia atual, serão necessários um bilhão de hectares de terra adicionais para alimentar uma população 9,23 bilhões de pessoas. Hoje em dia são usados mais de 800 milhões de hectares. Para ele, além do problema da falta de terra, a agricultura em larga escala devasta grandes ecossistemas como florestas, pântanos, pastos e estuários, causando perda de biodiversidade.

Se a agricultura vertical tiver êxito, estabelecer-se-á a validade da sustentabilidade, independente da localização (urbana versus rural). As fazendas verticais poderiam transformar-se em centros de aprendizagem importantes para gerações de moradores urbanos, demonstrando nossa íntima conexão ao resto do mundo através da imitação de ciclos naturais. (DESPOMMIER, 2009: 08)

Vários projetos já estão sendo concebidos como o Edifício Dragonfly. Segundo seu criador, o projeto “Dragonfly Vertical Farm”, tem sua arquitetura, inspirada nas asas de uma libélula e prevê um uso múltiplo para a pesquisa e produção sustentável de alimentos, com laboratórios de pesquisa, áreas livres de uso comum, intercalados entre pomares, hortas e salas de produção. Nos espaços entre as “asas” encontram-se sistemas de captura de energia solar que controlam a temperatura e umidade dentro da estrutura em todas as estações do ano. Existem jardins verticais exteriores que filtram a água da chuva para ser utilizada nas plantações.



Dragonfly Vertical Farm

Algumas considerações devem ser feitas quanto aos argumentos de Despommier. Em primeiro lugar o modo de produção capitalista gera uma

fome estrutural, até hoje ainda convive-se com a fome neste sistema. Em segundo lugar, o modelo de desenvolvimento agroindustrial, que se hegemoniza no final dos anos 40 do século passado, pode, e já está sendo repensado à luz dos desequilíbrios ecológicos que ele causou e está causando. O argumento da ineficácia da agricultura tradicional para a manutenção do equilíbrio necessário para a manutenção da biodiversidade é plausível, resta saber se a agricultura vertical é a resposta.

Eliminar uma porcentagem significativa de terra dedicada à agricultura tradicional tem vantagens óbvias para saúde se considerada a restauração dos serviços do ecossistema, e para a melhoria imediata da biodiversidade. Os benefícios sociais da agricultura urbana prometem recompensas alcançáveis. Entretanto, a fazenda vertical ainda é uma construção teórica; portanto é difícil prever todos os benefícios potenciais que podem surgir com este método de produção de alimentos. Estudos prevêem que, em 50 anos... (DESPOMMIER, 2009: 08)

No entanto a análise do Dr. Despommier não considera a renda da terra, as premissas históricas que constituem o processo de penetração do capitalismo no campo. Neste sentido sua análise esbarra na ingenuidade desconsiderando o mercado imobiliário de perfil claramente monopolista. Podemos pensar num futuro aonde ocorre uma consertação entre o Estado, o Público e o Privado, aonde por exigência da sociedade consigam constituir florestas como grandes reservas, há que ter utopias. Segundo Despommier:

A melhor razão para considerar a conversão da maioria da produção de alimento à agricultura vertical é a promessa da restauração das funções e serviços do ecossistema ... Há uma boa razão para acreditar que uma recuperação quase total de muitos dos ecossistemas terrestres em perigo no mundo ocorrerá simplesmente através do abandono de áreas violadas assim permitindo que ela própria "se cure" (DESPOMMIER, 2009: 05)

O Dr. Despommier, em seu ensaio, argumenta que a Fazenda Vertical poderia ser introduzida em áreas de insegurança alimentar, com populações abaixo da linha de pobreza. Seria necessário um forte suporte governamental com incentivos ao setor privado, às universidades e governos locais, para que se consolide uma construção barata, uma operação segura e duradoura

e independente de subsídios econômicos e ajuda externa. Em todo seu argumento não está sendo considerado os agentes destes territórios. A perspectiva de inserção tecnológica num dado território considera a possibilidade de uma produção autogestionária, aonde as populações de trabalhadores do campo sejam capacitadas neste processo para que esta produção esteja contextualizada às particularidades e especificidades locais? Se não, vejo esta ação como mais uma intervenção mediada pelos interesses de grupos e não como uma construção social que produza pertencimento territorial e autonomização dos territórios. Outro ponto a ser considerado é que várias são as possibilidades de sustentabilidade no processo de produção agrícola, dentre elas o estímulo à produção familiar sob a égide da sustentabilidade da autogestão e da autodeterminação. A partir de pequenas unidades familiares incubadas por entidades de apoio (terceiro setor, universidades, etc.), poderão constituir empreendimentos econômicos solidários a partir de cooperativas populares que estarão estimulando o desenvolvimento local, podendo reverter os fluxos de população das cidades periféricas, estimulando a heterogeneidade distributiva das populações. O homem é parte da natureza e sua integração a ela é condição para sua evolução. Os parâmetros de controle construídos até o momento foram desastrosos por estarem condicionados a um sistema que tem em seus fundamentos o processo de acumulação de riqueza. A pergunta a ser feita é: a quem servirá as fazendas verticais, dada as condições geoeconômicas historicamente estabelecidas nas sociedades atuais?



Projeto de edificação de uma fazenda vertical

As tecnologias de produção agrícola se “libertam” do substrato (solo) ampliando o espaço de produção, inclusive de forma vertical. Estas são ações e intervenções que podem ser desenvolvidas em espaços urbanos, portanto uma das questões que impõe é avaliar se existe ainda esta relação entre cidade e campo.

AS RELAÇÕES SOCIAIS NO CAMPO - A TRANSIÇÃO DE UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO E A RESIGNIFICAÇÃO DO CAMPO E DA CIDADE

Todo o processo de penetração do capitalismo no campo impactou e imprimiu intervenções no âmbito da produção agrícola que se aproximam de uma forma importante e significativa a toda uma lógica de produção industrial. Isso traz historicamente uma consequência no âmbito da dinâmica populacional, no esvaziamento do campo, no estabelecimento de grandes propriedades. Este é um momento de todo este processo que deve ser considerado quando se analisa. Então vemos aparecer nos últimos trinta anos as “cidades fantasmas”¹, áreas de alta produção com pouca população, com forte evasão populacional. Não é raro termos duas ou três famílias praticamente donas da cidade. Situação que está se revertendo desde a promulgação da constituição de 1988, que estabelece políticas públicas de descentralização do poder para os municípios a partir de formas mais reguladas de distribuição dos recursos. A perspectiva de desenvolvimento local entra na agenda governamental nas últimas décadas. Vivemos hoje no Brasil uma situação híbrida aonde ainda convivemos com o modelo agrário exportador, mas com políticas públicas voltadas à agricultura familiar e ao desenvolvimento local.

Aliado a esse novo dinamismo induzido, temos que considerar que no campo há cada vez mais o acesso às redes, tanto imateriais, como telefonia,

¹ Cidades que podem ser economicamente dinâmicas, com PIB expressivo, mas que não manifestam dinamismo social, com baixa população.

internet que traz, efetivamente, um tipo de conectividade com a população do campo, balizado é claro, pelas condições econômicas para este acesso, como redes materiais pelo aumento da quantidade e qualidade dos transportes de pessoas e produtos. A classe média rural se mostra absorvedora das novas tecnologias estabelecendo novas conectividades, algo que não existia há vinte anos. Esta conectividade faz com que, por exemplo, a potência de um jovem urbano seja a mesma de um jovem de classe média rural na medida em que este tem acesso à internet, estabelece as demandas, inclusive com a diversificação do comércio de produtos reconhecendo setores agrários e urbanos. É claro isso perfilado pelas características sócio culturais de cada uma destas comunidades.², que estarão sendo reproduzidas à luz desta perspectiva de integração e conectividade que se estabelece nas sociedades contemporâneas.

Olhando pelo lado do campo, do rural, vemos profundamente alteradas as relações sociais. Neste sentido a palavra forte é *integração*. O campo, durante séculos primou pelo isolacionismo, pela dificuldade de comunicação e pela ausência de atendimento. Isso levou à formação de grupos sócio/culturais bem diferenciados, no ritmo de evolução, nas respostas tecnológicas no processo de apropriação da natureza construindo um mosaico cultural rico e diferenciado. A integração entre os povos e as culturas foi ocorrendo em conformidade com os processos de aculturação, resultado das guerras e escravização de povos. Mas o processo mais contundente de homogeneização da cultura ocorreu após a revolução industrial, com a melhoria dos transportes e vias de acesso e, mais recentemente com a revolução informacional. O consumo nos mercados mundiais se ampliou nos últimos 150 anos e estabelecem cada vez mais ações integradas. Para tanto observamos um aprimoramento das estratégias de venda pelo “marketing”. Neste sentido as ações culturais mercantilizam-se e integram-se em um amplo mercado nas várias escalas do local ao global. Com a facilidade de acesso aos bens de consumo, os espaços antes

² Utilizo o conceito de comunidade para valorizar características ainda existentes no universo rural que imprime particularidades e especificidades a estes territórios.

isolados e com particularidades, se homogeneizam, balizados por um padrão de consumo estabelecido pelos grupos hegemônicos de poder que conformam comportamentos à luz dos interesses das grandes corporações.

CULTURA, INFORMAÇÃO E O IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA RELAÇÃO CIDADE/CAMPO

Desde o início das sociedades modernas, os meios de comunicação contribuíram decisivamente para a construção da subjectividade dos seres humanos. Sempre em sintonia com o surgimento e consolidação das sociedades capitalistas modernas, os meios de comunicação desenvolveram-se de forma espantosa. É impossível pensar o mundo contemporâneo, sem levar em conta o papel dos “mass media”. Um dos traços fundamentais deste mundo contemporâneo é exatamente o inesgotável fluxo de imagens e de conteúdos simbólicos, disponibilizados pelos meios de comunicação a um número cada vez maior de pessoas, e que de certa maneira, conformam a realidade, as relações sociais e a subjectividade individual. O crescimento da importância dos meios de comunicação no estabelecimento das relações entre as classes mediadas pelo consumo criou uma sociedade midiática que aproxima campo e cidade em função dos interesses de mercado. Criam-se novas mercadorias para novas necessidades.

A realidade do final do século e início do milênio exige cada vez mais que os indivíduos saibam lidar com uma imensa gama de informação que invadem diariamente a sua vida quotidiana, de uma forma desconhecida para as gerações precedentes. Lidar com o impacto deste fluxo acelerado de informações e, principalmente dar-lhe um significado, ou seja, interpretá-las integrando-as na sua visão do mundo, é hoje uma tarefa inevitável dos sujeitos modernos.

Temos, portanto, os espaços sendo produzidos no contexto de uma sociedade global onde o tempo e o espaço apresentam novas determinações. As noções de fronteira e localização se transformam. Para GIDDEENS

(1994), existem três dimensões presentes no dinamismo da modernidade contemporânea. A separação do tempo e do espaço, onde esta separação fornece os meios para um recorte espaço/temporal preciso; Os mecanismos de “de-localização” que descola a atividade social dos contextos locais, reorganizando as relações sociais a partir de grandes perspectivas espaço/temporais e por fim; a apropriação reflexiva do conhecimento, onde a produção de um saber sistemático intrínseco à vida social torna-se parte integrante da reprodução do sistema, rompendo com a fixidade da tradição cultural. As dimensões apresentadas estabelecem alguns aspectos que estão presentes nas novas formas de reprodução das relações de produção. O conhecimento e a técnica tentam estabelecer primazia nas relações sociais. A divisão social e técnica do trabalho cria e recria processos de produção onde o investimento em capital constante é pressuposto para o aumento das taxas de acumulação que dar-se-ão fundamentalmente com a agregação de valor nos produtos que, finalmente, só ocorre com incremento científico tecnológico. O contexto de sua reprodução no capitalismo engendra processos de prevalência das ações do urbano no espaço rural, que dar-se-ão pela territorialidade do capital, resultado do seu processo de concentração e centralização no espaço urbano capitalista.

Na sociedade contemporânea a “sociedade do controle” se postura como referência para a vida. Com estas determinações o campo e a cidade são regidos por um processo cada vez mais integrado, vinculando cidade e campo em um grande mercado. Os fluxos de mobilidade humana mudam em quantidade e qualidade, tornando as relações sociais em ambos os espaços mais similares. Quando pensamos na mobilidade das populações, vários movimentos se ensejam. O êxodo rural/urbano, a partir de uma mobilidade forçada, onde a lógica do sistema produtivo engendra formas de subordinações na relação capital/trabalho com o assalariamento do campo, bem como nas relações inter capitalistas no contexto de um mercado monopolista, que engendrou a concentração fundiária. Podemos falar também dos movimentos centripeto/centrifugo que ocorre com o processo de urbanização capitalista, onde a renda da terra e do solo urbano estabelece

estratificações territoriais diferenciadas, configurando usos urbanos para áreas antes de função rural. Algumas indeterminações existem no que tange ao uso conceitual de cidade/campo e rural/urbano. As noções de cidade e campo estão relacionadas à forma, a uma morfologia, enquanto que as noções de urbano e rural dizem respeito à dimensão ontológica, um espaço humanizado, produzido historicamente. Entendo que as transformações que estão ocorrendo nestes espaços complexificam os papéis de uns e de outros.

Nesta relação entre rural e urbano a perspectiva de desenvolvimento local põe ênfase na valorização de particularidades e especificidades culturais das comunidades, visando sua autodeterminação econômica. Como a cultura se mercantiliza, as diretrizes culturais nas sociedades globais são regidas pelo capital, ensejando suas ações de forma política.

Existe uma falsa ideia acerca dos processos de preservação cultural. Ela se impregna de idealismo quando não considera que todo o desenvolvimento cultural dá-se de forma político/econômico. A chamada "*resistência cultural*" está relacionada ao tempo de existência e de sobrevivência de uma dada cultura. Podemos dizer, ao "*tamanho*" das raízes culturais. A sua sobrevivência dar-se-á em função de sua capacidade de estabelecer relações políticas favoráveis. Políticas públicas podem contribuir para o fortalecimento da cultura local, desde que compartilhada com a comunidade na sua criação e execução. Deste processo de aculturação existe uma tendência em nosso sistema, de homogenizar e padronizar certas práticas é o que denomino de "produto cultural Isso 9000" fazendo alusão às normas de padronização estabelecidas em Genebra nos anos 40 do século passado. Com a exigência de padrões de qualidade para certos produtos culturais muito da essência destas práticas se perde. Estes limites para o desenvolvimento local devem ser considerados quando refletimos sobre os fluxos do campo/cidade/campo.

Por último cabe avaliar o paradigma do desenvolvimento sustentável no contexto da relação cidade/campo/cidade. A busca de um novo modelo de desenvolvimento rural passa hoje pelo repensar das formas de produção, circulação e consumo. Produção limpa, com resíduos controlados, circulação

otimizada, não poluente e consumo consciente, onde o ato do consumo se torna um ato político, onde todo o ciclo do produto é considerado para a compra.

A concepção de “desenvolvimento durável” aparece em 1987, quando a “Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento”³ cria o “Relatório Brundtland” presidido por Gro Harlem Brundtland, entitulado “*Our Common Future*”. Este documento tornou-se a referência norteadora do desenvolvimento sustentável tal como se concebe hoje. Este documento constata que os graves problemas ambientais de escala planetária são essencialmente devido á grande pobreza existente ao sul e, aos modos de consumo e produção não duráveis praticados ao norte do planeta. Este relatório estabelece uma estratégia que permite conjugar desenvolvimento e meio ambiente. O processo é intitulado “desenvolvimento sustentável” e definido como: “um desenvolvimento que responde às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade, das gerações futuras, de poder responder às suas próprias necessidades. Em 1989 o “Relatório Brundtland” foi objeto de um debate na Assembleia Geral das Nações Unidas que decidiu organizar uma conferência sobre este tema. De lá para cá muitas ações estão sendo pautadas neste paradigma. O Conselho Europeu de Estocolmo de 2001⁴, conselho este voltado à construção de estratégias de desenvolvimento sustentável para a União Europeia, elenca alguns desafios para se atingir um desenvolvimento sustentável, como seja: Lutar contra a pobreza e a exclusão social, tratar as implicações econômicas e sociais do envelhecimento da população; limitar as mudanças climáticas e incrementar o uso de energia limpa; responder às ameaças da saúde pública; uma gestão mais responsável dos recursos naturais, melhorar o sistema de transporte e o planejamento territorial.

³ World Commission on Environment and Development, WCED.

⁴ "Foi elaborado o relatório “Desenvolvimento sustentável na Europa para um mundo melhor: Estratégias da União Europeia para um desenvolvimento sustentável” (COM(2001)264 final, de 15 de maio de 2001).

Efetivamente nos países centrais ainda existem recursos a serem alocados para estas ações. Quando olhamos para a periferia do sistema as dificuldades são maiores. Como tudo isso impacta na relação cidade/campo? De forma positiva. Como é uma transformação paradigmática, ou seja, os pressupostos produtivos estabelecidos pela revolução industrial até os dias de hoje, apresentam um ciclo de transformação do produto aberto, onde os resíduos da produção e do consumo foram negligenciado e a poluição uma questão postergada até o limite e que o controle do ciclo de produção e consumo envolve mudança de mentalidade, investimentos importantes para as alterações das plantas de fábrica e reposicionamento político dos partidos, do Estado e da sociedade civil organizada, entra nesta fatura uma revisão também das formas de exploração do trabalho pelo capital e das estratégias de desenvolvimento, tendo que ser revisada as estratégias de desenvolvimento em suas várias escalas. Local, regional, nacional e internacional. E certamente nesta revisão consta um repensar da relação cidade/campo.

Buscamos neste artigo delimitar algumas questões atinentes à relação cidade/campo. Muitas questões ainda estão abertas e dever ser tratadas pela sociedade e suas representações. Quanto mais pertencimento houver da população sobre o tema mais qualificada serão as respostas aos desafios impostos por nosso ecossistema, incluindo é claro, as sociedades humanas.

Texto recebido em junho de 2009.

Aprovado para publicação em julho de 2009.

SOBRE O AUTOR:

Márcio Mendes Rocha é professor Associado do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Maringá e Bolsista de Extensão do CNPq, Nível 2.

REFERÊNCIAS:

- ARAÚJO, F.A.V.; SOARES, B.R. “Relação Cidade-Campo: desafios e perspectivas”. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v.4, n. 7, p. 201-229, fev. 2009.
- CARLOS, A. F. A. “A questão da cidade e do Campo: teorias e política”. **Ceara. Mercator** - Revista de Geografia da UFC, ano 03, número 05, 2004.
- DESPOMMIER, Dickson D. Fazenda vertical: reduzindo o impacto da agricultura nas funções e serviços do ecossistema. Department of Environmental Health Sciences Mailman School of Public Health. Sitio: http://www.verticalfarm.com/PDF/VF-Essay_Portuguese.pdf, extraído em 2009.
- GIDDENS, Anthony. **Les conséquences de La modernité**. Paris, L'Harmattan, 1994.
- MELO, Sandro C. “Relação cidade-campo: da compreensão clássica a sua interpretação no contexto de um assentamento de reforma agrária”. **Boletim Goiano de Geografia**, Vol. 28, No. 1 (2008).
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
- _____. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1991.
- _____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo Ática, 1986.